



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

++ ++ ++ ++ ++ ++ ++
++ ++ ++ ++ ++ ++ ++
++ ++ ++ ++ ++ ++ ++
++ ++ ++ ++ ++ ++ ++
++ ++ ++ ++ ++ ++ ++

Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores
Mobiliários Ltda.

31 de dezembro de 2025

sicoob.com.br

Índice



Relatório da administração.....	3
Relatório do auditor.....	5
Balanco patrimonial.....	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis	13
Nota 1 – Contexto operacional	13
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis – Individuais	14
Nota 3 – Resumo das principais práticas contábeis	15
Nota 4 – Disponibilidades – Circulante.....	23
Nota 5 – Instrumentos financeiros – Não circulante	24
Nota 6 – Outros ativos – Circulante	25
Nota 7 – Imobilizado	26
Nota 8 – Outros passivos.....	26
Nota 9 – Patrimônio líquido.....	26
Nota 10 – Receitas de prestação de serviços.....	27
Nota 11 – Despesas de pessoal.....	28
Nota 12 – Outras despesas administrativas	29
Nota 13 – Despesas tributárias	29
Nota 14 – Ativo fiscal diferido, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	29
Nota 15 – Critérios de tributação	31
Nota 16 – Transações com partes relacionadas	31
Nota 17 – Outras informações	33
Nota 18 – Gerenciamento de riscos	34
Nota 19 – Eventos Subsequentes	38
Nota 20 – Resultados não recorrentes.....	39
Composição da diretoria.....	39

Cenário Macroeconômico

Em 2025, a economia brasileira apresentou crescimento estimado de 2,3%, sustentado principalmente pelo desempenho do setor de serviços e pela resiliência do consumo das famílias, favorecidos por um mercado de trabalho aquecido. A taxa média de desemprego encerrou o ano em 5,6%, enquanto a massa real de rendimentos avançou 5,5%, contribuindo para a sustentação da demanda. A inflação medida pelo IPCA fechou o ano em 4,3%, acima da meta, refletindo pressões persistentes nos serviços, em especial os intensivos em mão de obra. Diante desse cenário, a política monetária permaneceu restritiva, com a taxa Selic em 15,0% ao final do período. No campo fiscal, o setor público consolidado registrou déficit primário de 0,5% do PIB, com a dívida líquida atingindo 67,4% do PIB e a dívida bruta aproximando-se de 79,7% do PIB, evidenciando a fragilidade estrutural das contas públicas. No setor externo, a balança comercial encerrou o ano com superávit de US\$ 68,3 bilhões, ainda elevado, mas inferior ao observado em 2024.

Para 2026, as projeções indicam desaceleração da atividade, com crescimento do PIB estimado em 1,6%, refletindo menor impulso da agropecuária e investimentos mais contidos, em um ambiente de crédito ainda seletivo. A inflação deve recuar marginalmente para 4,1%, permanecendo acima da meta, o que justifica uma flexibilização monetária cautelosa, com expectativa de redução gradual da Selic ao longo do ano, encerrando 2026 em torno de 12,5%. O mercado de trabalho tende a perder fôlego, com taxa de desemprego média projetada em 6,3% e crescimento mais moderado da massa de renda (3,5%). No âmbito fiscal, o déficit primário deve se ampliar para cerca de 0,7% do PIB, com avanço da dívida líquida para 71,2% do PIB, mantendo o tema fiscal como um dos principais vetores de risco. No setor externo, projeta-se redução do superávit comercial para US\$ 62,2 bilhões, em um contexto de desaceleração global e preços internacionais de commodities menos favoráveis. Assim, 2026 se configura como um ano de crescimento moderado, elevada sensibilidade ao ambiente político-eleitoral e desafios relevantes para a política fiscal e macroeconômica.

SICOOB DTVM

O SICOOB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Sicoob DTVM") é a empresa de administração e gestão de recursos do Sicoob. A "Instituição" teve seu funcionamento autorizado em 21/07/2005, por meio do Ato Declaratório nº 8.402 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O SICOOB DTVM atua com o objetivo de atender às necessidades de seus clientes, em especial as cooperativas de crédito do Sicoob, a partir da administração de fundos de investimento e de carteiras de valores mobiliários.

Performance

Ativos

O SICOOB DTVM encerrou o exercício de 2025 com ativos totais de R\$ 22,5 milhões.

Aplicações Financeiras

Com montante de R\$ 12,1 milhões em 31 de dezembro de 2025, aplicados em CDB pós-fixados do Banco Cooperativo Sicoob S.A. – BANCO SICOOB e fundo de investimento Sicoob Cambial Dólar.

Pagamento de dividendos

O SICOOB DTVM efetuou o pagamento a título de dividendos aos sócios em maio/2025, da quantia total de R\$ 9,2 milhões referente ao resultado do exercício de 2024 e em julho/2025 a quantia de R\$ 2,6 referente ao resultado do exercício de 2020.

Patrimônio líquido e resultado do exercício

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 13,3 milhões.

O lucro líquido no exercício foi de R\$ 10,6 milhões, com retorno anualizado de 145,62%.

Adequação das operações realizadas com os objetivos estratégicos de longo prazo

No plano de negócios do SICOOB DTVM apresentado ao BACEN foram traçados os seguintes objetivos estratégicos de longo prazo:

- a. Desenvolvimento de portfólio de produtos e serviços abrangentes dentro das necessidades no sistema cooperativo brasileiro;
- b. Atuação, também, na cadeia produtiva das cooperativas de crédito (fornecedores, associados, empresas dos associados) e nas demais cooperativas de crédito (por exemplo: sistema Unicred) e cooperativas de produção;
- c. Estar entre as 50 maiores DTVM do mercado.

As operações realizadas pelo SICOOB DTVM para cumprimento dos objetivos estratégicos permitiram alcançar volume administrado de R\$ 176 bilhões em 31 de dezembro de 2025, distribuídos em 20 fundos de investimento e 21 carteiras administradas. O valor realizado foi de aproximadamente 14% acima do orçado para o exercício de 2025.

Atualmente o SICOOB DTVM ocupa a 33ª posição no ranking de gestão de fundos de investimentos da Anbima. Quando são considerados os valores geridos em nome de carteiras administradas o Sicoob DTVM sobe para a 10ª posição.

Agradecimentos

Agradecemos aos cotistas, pela confiança na atual administração, ao BANCO SICOOB, ao Sicoob Confederação, às cooperativas centrais e singulares do Sicoob, pelo trabalho executado em parceria, e aos colaboradores do SICOOB DTVM, pela dedicação e compromisso.

A Administração



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Quotistas
Sicoob Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações contábeis que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

- Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Barth de Freitas
Contador CRC 1SP235228/O-5

Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Balanco patrimonial
31 de dezembro de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Ativo	Nota	2025	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2025
Circulante e não circulante		22.543	Circulante e não circulante		9.292
Disponibilidades	4	5	Outros passivos	8	9.292
Ativos financeiros ao custo amortizado (CA)	5(a)	2.863	Obrigações sociais e estatutárias		467
Rendas a receber		2.863	Obrigações fiscais e previdenciárias		7.596
			Outros		1.229
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	5(b)	11.072			
Títulos privados de instituições financeiras		11.072			
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)	5(c)	1.009			
Cotas de fundos de investimentos		1.009			
Outros ativos	6	7.208	Patrimônio líquido	9	13.251
Impostos e contribuições a compensar/recuperar		6.576	Capital social		2.170
Despesas antecipadas		458	Reserva de lucros		11.081
Outros		174			
Ativo fiscal diferido	14	359			
Imobilizado	7	27			
Imobilizações de uso		69			
(-) Depreciações acumuladas		(42)			
Total do ativo		22.543	Total do passivo e do patrimônio líquido		22.543

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota	2º semestre de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Receitas da intermediação financeira		758	2.066
Resultado com títulos e valores mobiliários	5(d)	758	2.066
Receitas operacionais		16.024	29.352
Receitas de prestações de serviços	10	16.015	29.343
Outras receitas operacionais		9	9
Despesas operacionais		(7.016)	(13.290)
Despesas de pessoal	11	(3.392)	(6.565)
Outras despesas administrativas	12	(1.616)	(3.018)
Despesas tributárias	13	(2.008)	(3.707)
Resultado operacional		9.766	18.128
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações		9.766	18.128
Imposto de renda e contribuição social	14	(3.715)	(7.016)
Imposto de renda		(2.300)	(4.317)
Contribuição social		(1.522)	(2.744)
Ativo/(passivo) fiscal diferido		107	45
Participação dos empregados no resultado		(234)	(465)
Lucro líquido do semestre/exercício		5.817	10.647
Quantidade de cotas no final do semestre/exercício	9(a)	2.000	2.000
Lucro por cota – R\$		2,91	5,32

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota	2º semestre de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Lucro líquido do semestre/exercício		5.817	10.647
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do semestre/exercício		5.817	10.647

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital Social	Reserva de Lucros Legal	Reserva de Lucros Outras	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.170	434	11.750	-	14.354
Dividendos pagos de exercícios anteriores	9(c)	-	-	(11.750)	-	(11.750)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	10.647	10.647
Destinações propostas:						
Dividendos propostos	9(c)	-	-	533	(533)	-
Constituições de reservas	9(b)	-	-	10.114	(10.114)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		2.170	434	10.647	-	13.251
Saldos em 30 de junho de 2025		2.170	434	7.381	-	9.985
Dividendos pagos de exercícios anteriores	9(c)	-	-	(2.551)	-	(2.551)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	5.817	5.817
Destinações propostas:						
Dividendos propostos	9(c)	-	-	291	(291)	-
Constituições de reservas	9(b)	-	-	5.526	(5.526)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		2.170	434	10.647	-	13.251

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Demonstração dos fluxos de caixa
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	2º semestre de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	9.766	18.128
Depreciações	7	14
Mutações das contas patrimoniais		
Aumento/redução dos títulos e valores mobiliários	(2.942)	1.375
Aumento de rendas a receber	(606)	(544)
Redução de outros ativos	156	6.186
Redução de outras obrigações	(56)	(6.996)
Redução de outros valores e bens	17	153
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.789)	(6.553)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	2.553	11.763
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado de uso	-	(10)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-	(10)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	(2.551)	(11.750)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(2.551)	(11.750)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	2	3
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	3	2
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	5	5
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	2	3

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Nota 1 – Contexto operacional

Conforme comunicado do Deorf/COFII-2011/00301 publicado no Diário Oficial da União em 13/01/2011, o Banco Central do Brasil (BACEN) concedeu autorização para o funcionamento do SICOOB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – SICOOB DTVM, (“Instituição” ou “SICOOB DTVM”), antes denominado Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., localizado no SIG quadra 06 lotes 2080 sala 201 Brasília – DF, constituído em 4 de maio de 2005 e com as operações iniciadas em 6 de setembro de 2005. É uma sociedade limitada unipessoal, tendo como único sócio o Banco Cooperativo Sicoob S.A. – BANCO SICOOB, e sua atividade principal consiste na administração de fundos de investimento por contrato ou comissão.

O SICOOB DTVM tem por objeto subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM nas respectivas áreas de competência. Os fundos de investimento administrados e geridos pelo SICOOB DTVM em 31 de dezembro de 2025 são:

Minascoop Fundo de Investimento – RF – Crédito Privado
Sicoob ANS Fundo de Investimento Renda Fixa
Sicoob DI Fundo de Invest. RF Referenciado DI
Sicoob Inflação FI RF IMA-B
Unicred Long Term FI Multimercado CP
Sicoob Institucional FI RF CP
Sicoob ANS Fundo de Investimento Renda Fixa – Crédito Privado
Sicoob Agências FI Imobiliário
Sicoob Ações Fundo de Investimento
Sicoob Liquidez Master Fundo de Investimento RF – Crédito Privado
Sicoob Cecresp Fundo de Investimento Renda Fixa – Crédito Privado
VGBL Sicoob Seguradora Fundo de Investimento Renda Fixa
VGBL Sicoob Seguradora Fundo de Investimento RV 30 Multimercado
VGBL Sicoob Seguradora Fundo de Investimento RV 65 Multimercado
Sicoob Small Caps Fundo de Investimento Financeiro em Ações
Sicoob Dividendos Fundo de Investimento Financeiro em Ações
Sicoob ASG Fundo de Investimento Financeiro em Ações IS
Sicoob ES FI Financeiro Renda Fixa Crédito Privado (i)
Sicoob Cambial Dólar Fundo de investimento Financeiro (ii)
FGCoop Fundo de Investimento Renda Fixa

- I. O fundo iniciou suas atividades em 29 de janeiro de 2025
- II. O fundo iniciou suas atividades em 13 de maio de 2025

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis – Individuais

a) **Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As demonstrações contábeis individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 são de responsabilidade da Administração e estão sendo apresentadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das S.A., associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. O SICOOB DTVM atende ao disposto na Resolução CMN 4720/2019 e na Resolução BCB 2/2020.

O Sicoob DTVM adotou ao que determina o artigo 102 da Resolução BCB nº 352/2023, onde ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2026.

b) **Moeda Funcional e de Apresentação**

A moeda funcional e a de apresentação das demonstrações contábeis é o Real (R\$).

c) **Normas emitidas, aplicáveis a partir de 01/01/2025**

Resolução BCB nº 391 de 12 de junho de 2024, altera a Resolução BCB nº 178 de 19 de janeiro de 2022. Essa Resolução incluiu no escopo sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades corretoras de câmbio. A norma dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil e entrou em vigor em 01 de julho de 2024. A Resolução BCB n.º 178, de 19 de janeiro de 2022, estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 06 (R2) – Arrendamentos no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica. A implementação da norma não gerou impacto no Sicoob DTVM e será aplicada prospectivamente quando aplicável.

Resolução BCB nº 352, de 23 novembro de 2023, introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Como principal impacto da resolução presente na respectiva demonstração financeira, destaca-se:

- A adoção do modelo de perda esperada completa para o reconhecimento das Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito. Classificando, ainda, os instrumentos financeiros em estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado, são 3 estágios de classificação. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência.
- Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da instituição e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de SPPJ) e não mais com base na intenção.
- As receitas e os encargos atreladas diretamente a originação/emissão de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas;
- Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade;
- Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;
- Mudança no critério de baixa de ativo financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que a instituição não tem mais expectativa de recuperação.
- Vedação de registro no ativo de instrumentos baixados a prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução.

Os critérios contábeis estabelecidos pela normativa foram aplicados de forma prospectiva e não houve ajustes a serem reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados.

Permanece inalterada a condição quanto aos efeitos da Lei 14.467, de 16 de novembro de 2022, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de crédito decorrentes das atividades das instituições financeiras. A referida norma segue sem impacto para o Sicoob DTVM uma vez que não foram constituídas provisões para perdas em períodos anteriores e no exercício corrente.

Nota 3 – Resumo das principais práticas contábeis

a) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a valorização de títulos e valores mobiliários, a estimativa de realização dos créditos tributários e provisões para causas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Sicoob DTVM revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, utilizando-se o método de juros efetivos, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização.

As rendas não recebidas dos ativos caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) são reconhecidas mediante ao recebimento.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e depósitos bancários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados para o gerenciamento dos compromissos de curto prazo.

d) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os direitos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias incorridos, calculadas “*pro rata temporis*”, líquidas das devidas provisões, quando aplicável. As obrigações estão registradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações incorridos.

e) Instrumentos financeiros

I. Classificação dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros da instituição são classificados nas seguintes categorias:

- **Custo Amortizado:** o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- **Valor Justo no Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Para determinar o modelo de negócios, a instituição avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros, ii) pela venda, ou por iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

II. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

- **Custo amortizado:** os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica "Receitas de juros", enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica "Despesas de juros", ao longo do prazo do respectivo contrato.
- **Ao valor justo em outros resultados abrangentes:** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada "Ajuste de avaliação patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica "Receitas de juros". Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.
- **Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial:** são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Resultado líquido de juros", no período em que ocorrem.

Hierarquia do valor justo:

Para os ativos financeiros mensurados a valor justo, os diferentes níveis foram definidos como segue:

- **Instrumentos Financeiros – Nível 1:** O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.
- **Instrumentos Financeiros – Nível 2:** O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.
- **Instrumentos Financeiros – Nível 3:** Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

III. Reclassificação dos instrumentos financeiros

A instituição não reclassificou seus ativos e passivos financeiros no período apresentado.

IV. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

f) Método de Taxa Efetiva de juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui as receitas e os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receita com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações;
- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações);
- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

g) Provisão para perdas

a. Visão Geral

A instituição é investida do Banco Sicoob que integra o segmento prudencial "S2", dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adotou a metodologia completa.

Nessa metodologia, foram construídos modelos estatísticos de perdas esperadas e avaliados os pisos mínimos de provisionamento para operações em Estágio 3, baseados nos conceitos e diretrizes da Resolução BCB nº 352 de 2023.

A instituição analisa perdas esperadas, para os seguintes instrumentos financeiros:

- Títulos e valores mobiliários (mensurados a custo amortizado e "VJORA") e
- Outros ativos financeiros (mensurados ao custo amortizado).

b. Estágios

A instituição aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de ativo problemático considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito. Para esses casos, a perda esperada é baseada no cálculo considerando eventos de inadimplência possíveis ao longo de toda a vida esperada da operação.

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (ativo problemático). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

- A PE calculada com base nos modelos internos da instituição; ou
- O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB nº 352 de 2023 (anexo 1 da normativa – "Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos").

c. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de inadimplemento para sua vida toda. Originalmente quando a operação é concedida pela instituição é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, a Instituição avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de não recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de não recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo do risco de crédito e de evidência de ativo problemático baseiam-se não apenas em critérios quantitativos e prospectivos, incluindo projeções decorrentes de modelos de probabilidade de deterioração do crédito, mas também no comportamento efetivo do ativo financeiro quanto à sua liquidação. São classificados no Estágio 2 os ativos que apresentem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, caracterizado, entre outros fatores, pela elevação do grau especulativo e risco substancial conforme classificação de agências de risco reconhecidas pelo mercado, pelo atraso entre 1 (um) e 15 (quinze) dias no cumprimento das obrigações pelo emissor, ou ainda por determinação do comitê competente, fundamentada em avaliação técnica.

Os ativos classificados no Estágio 3 abrangem os contratos que apresentem evidência objetiva de problema de recuperação de crédito. A caracterização de ativo problemático ocorre quando verificada, pelo menos, uma das seguintes situações: atraso superior a 15 (quinze) dias na liquidação pelo emissor, incluindo, de forma preponderante, os contratos com atraso superior a 90 (noventa) dias; deterioração relevante da capacidade creditícia, evidenciada por classificação de risco altamente especulativa ou inferior, recorrência de atrasos no pagamento de juros; reestruturação de crédito; decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial; ou existência de medidas judiciais ou regulatórias que possam comprometer o valor ou a exequibilidade do título

d. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

- **Probabilidade de ativo problemático – PD:** A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplimento em uma janela de tempo determinada;
- **Perda dada ao ativo problemático – LGD:** A LGD (Loss Given Default) corresponde ao percentual estimado de perda em caso de inadimplência de um cliente, refletindo a parcela da exposição ao risco de crédito que não se espera recuperar após o evento de ativo problemático, considerando a realização de garantias, fluxos de recuperação e custos associados aos processos de cobrança
- **Exposição ao ativo problemático – EAD:** A EAD (Exposure at Default) representa o montante da exposição ao risco de crédito no momento em que o ativo se torna problemático, incluindo juros incorridos, não contemplando limites de crédito ou exposições fora do balanço.

h) Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito

A caracterização de ativo problemático ocorre quando verificada, pelo menos, uma das seguintes situações:

- Atraso superior a 15 dias no pagamento pelo emissor, especialmente quando recorrente ou superior a 90 dias;
- Deterioração relevante da capacidade creditícia, caracterizada por:
 - Classificação de risco altamente especulativa ou inferior;
 - Recorrência de atrasos no pagamento de juros;
 - Desvalorização substancial do instrumento financeiro;
- Reestruturação de crédito, inclusive emissões destinadas à regularização de outros ativos;
- Descumprimento de cláusulas contratuais relevantes, aplicável a ativos não padronizados e sujeito a monitoramento pela gestão;
- Negociação de instrumentos financeiros da contraparte com desconto significativo, refletindo perdas incorridas associadas ao risco de crédito;
- Situação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação;
- Existência de medidas judiciais ou regulatórias que comprometam o valor ou a exequibilidade do ativo;
- Eventos relevantes de liquidez, como redução significativa de liquidez de mercado ou suspensão da negociação do título.
- **Arrasto de ativo problemático** – não há contaminação de operações de tesouraria por operações de outros produtos caracterizados como ativo problemático.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

A instituição considera que o ativo financeiro deixará de ser problemático, se cumpridos os requisitos:

I – Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;

II – Manutenção de pagamento tempestivo de principal e de encargos por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações;

III – Cumprimento das demais obrigações contratuais por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações; e

IV – Evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou modificadas, no caso de renegociação, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

As operações serão baixadas para prejuízo, quando estiver com:

- 100% de provisionamento; e
- Possuir quantidade de dias de atraso de acordo com as regras de produto.

Para fins de critérios de “cura”, a instituição considera as seguintes premissas:

- Inexistência de atraso;
- emissores não classificados em nível de risco “especulativo” ou pior, conforme divulgado por agência de classificação de risco reconhecida pelo mercado; e
- Ausência outros fatores que enquadrem o título como ativo problemático ou caracterizado como aumento significativo de risco.

i) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, às seguintes taxas anuais:

- Mobiliário de uso – 10%;
- Equipamentos de informática – 20%;
- Outros – 10%.

As taxas de depreciação estão avaliadas segundo a vida útil estimada dos bens.

Redução ao valor recuperável de ativos – Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve indicação de perda no valor recuperável de ativos.

j) Imposto de renda, contribuição social e crédito tributário

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, enquanto a contribuição social foi constituída à 15%. Ambos os tributos foram constituídos, tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes. Com a edição da Medida Provisória nº 1.303, de 11 junho de 2025 a alíquota da CSSL foi mantida em 15%.

Os ativos fiscais diferidos foram calculados conforme as alíquotas descritas acima e reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução CMN nº 4.842/20. A referida expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração, atualizado semestralmente.

k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do SICOOB DTVM ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Ativos e passivos contingentes – O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/09 que determina a observância do Pronunciamento Técnico 25 (CPC nº 25) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

- Ativos contingentes** – Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.
- Provisão para causas judiciais** – São reconhecidas contabilmente, baseadas na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, e quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis, quando individualmente relevantes.

I) Pronunciamentos técnicos contábeis – CPCs

O Banco Central do Brasil aprovou a adoção dos seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC, que serão contemplados nas demonstrações contábeis quando aplicáveis.

- CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro – Resolução BCB nº 120/2021;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução BCB nº 120/2021;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – Resolução BCB nº 2/2020;
- CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas – Resolução BCB nº 2/2020;
- CPC 06 (R2) – Arredamentos – Resolução BCB 178/2022;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Resolução BCB nº 120/2021;
- CPC 24 – Evento Subsequente – Resolução BCB nº 2/2020;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução BCB 9/2020;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – Resolução BCB nº 59/2020;
- CPC 41 (R1) – Resultado por ação – Resolução BCB nº 2/2020;
- CPC 46 (R1) – Mensuração do valor justo – Resolução BCB 120/2021 e
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente – Resolução BCB 120/2021.

Os demais pronunciamentos técnicos contábeis publicados serão adotados quando aprovados pelo Banco Central do Brasil.

Nota 4 – Disponibilidades

	2025
Depósitos bancários (i)	5
Total	5

(i) Parte relacionada com o Banco Sicoob nota 16 (c)

Nota 5 – Ativos Financeiros

a. Mensurados ao custo amortizado

	2025
Rendas a receber (i)	2.863
Total	2.863
Circulante	2.863
Não Circulante	-

(ii) Referem-se às taxas de administração a receber por prestação de serviços de administração e gestão de fundos de investimento e a administração de carteiras

a1. Classificação por estágios

Estágio 1	Saldo 01/01/2025	Aquisições/ liquidações	Saldo 31/12/2025
Rendas a receber	2.319	544	2.863
Total	2.319	544	2.863

* Não houve baixa para prejuízo, movimentação de estágios e constituição de provisão para perdas no exercício.

b. Mensurados ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

	2025			Valor de mercado	Valor do custo atualizado
	Sem vencimento	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos		
CDB – BANCO SICOOB (i)	-	-	11.072	11.072	11.072
Total	-	-	11.072	11.072	11.072
Circulante				-	
Não Circulante				11.072	

(i) Referem-se a Títulos de Renda Fixa – CDB, emitidos pelo Banco Sicoob. Esses títulos possuem liquidez diária e marcação a mercado considerando taxa de mercado (100% CDI).

As hierarquias das aplicações em CDB estão classificadas no nível 1.

As receitas financeiras do Sicoob DTVM geradas pelas aplicações em CDB no exercício de 2025 foi de R\$ 1.498 (2º semestre/2025 – R\$ 724).

b1. Classificação por estágios

Estágio 1	Saldo 01/01/2025	Aquisições/ liquidações	Saldo 31/12/2025
CDB – Banco Sicoob	10.598	474	11.072
Total	10.598	474	11.072

* Não houve baixa para prejuízo, movimentação de estágios e constituição de provisão para perdas no exercício.

Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c. Mensurados ao Valor Justo no Resultado

	2025				
	Sem vencimento	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Valor de mercado	Valor do custo atualizado
Sicoob Cambial Dólar Fundo de investimento Financeiro (i)	1.009	-	-	1.009	1.009
Total	1.009	-	-	1.009	1.009
Circulante				1.009	
Não Circulante				-	

(i) Aplicações em fundo Cambial sem vencimento, administrado pelo Sicoob DTVM.

As hierarquias das aplicações em fundos de investimentos estão classificadas no nível 1.

O resultado financeiro do Sicoob DTVM gerado pelas aplicações em Fundos de investimentos no exercício de 2025 foi de R\$ 568 (2º semestre/2025 – R\$ 34).

d. Resultado com títulos e valores mobiliários

	2º semestre de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Resultado de intermediação financeira	758	2.066
Receita com aplicação CDB – Banco Sicoob	724	1.498
Receita com aplicação em Fundos de Investimentos	327	2.021
Prejuízo com aplicação em Fundos de Investimentos	(293)	(1.453)

Nota 6 – Outros ativos

	2025
Impostos e contribuições a compensar/recuperar (i)	6.576
Adiantamento e antecipações salariais	171
Despesas antecipadas (ii)	458
Outros	3
Total	7.208
Circulante	7.208
Não circulante	-

(i) Referem-se principalmente às antecipações de IRPJ e CS do exercício.

(ii) Refere-se principalmente, às despesas antecipadas com licença de serviços de utilização de banco de dados.

Nota 7 – Imobilizado

	Mobiliário	Equipamentos de informática	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1	30	31
Aquisição	-	10	10
Depreciação	-	(14)	(14)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1	26	27
Custo total	2	67	69
Depreciação acumulada	(1)	(41)	(42)
Valor residual	1	26	27
Taxas anuais de depreciação - %	10%	20%	

Nota 8 – Outros passivos

	2025
Provisão para participação nos lucros	467
Provisão para contribuição social	2.744
Provisão para imposto de renda	4.317
Impostos e contribuições sobre salários	249
Provisão PIS, Cofins e ISS	286
Provisão para despesas de pessoal	1.157
Provisão para despesas administrativas	72
Total	9.292
Circulante	8.862
Não circulante	430

Nota 9 – Patrimônio líquido

- a. Capital social**

O capital social da Instituição é R\$ 2.170, divididos em 2.000.000 (dois milhões) de quotas, sendo o Sicoob DTVM constituída sob a forma de sociedade limitada unipessoal, tendo como sócio único o **BANCO SICOOB**.
- b. Reserva de lucros**

O SICOOB DTVM destina 5% do lucro líquido ajustado do período à formação da reserva legal. Em dezembro/2018 o saldo dessa reserva no valor de R\$ 434 atingiu o limite de 20% do capital social. Foi constituída a reserva de lucros – outras, no exercício de 2025 no valor de R\$ 10.114 (2º semestre/2025 – R\$ 5.526). O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 10.081.

c. Dividendos

A distribuição do resultado é efetuada de acordo com o capítulo IX do Contrato Social consolidado, que destina no mínimo 5% (cinco por cento) aos sócios, em proporção às quotas possuídas, sendo constituído R\$ 533 no exercício de 2025 (2º semestre/2025 – R\$ 291).

Em 02 de maio de 2025, foi realizado o registro contábil da provisão de dividendos a pagar referente ao resultado do exercício de 2024, conforme ata de reunião dos sócios. O pagamento ocorreu no dia 30 de maio de 2025 no montante de R\$ 9.199.

Em 24 de julho de 2025, foi realizado o registro contábil da provisão correspondente a 70% dos dividendos remanescentes a pagar, referentes ao resultado do exercício de 2020, conforme deliberado em ata de reunião dos sócios. O pagamento foi efetuado em 30 de julho de 2025, no valor de R\$ 2.551.

Nota 10 – Receitas de prestação de serviços

As receitas obtidas por prestação de serviços de administração e gestão de fundos de investimento e administração de carteiras, no exercício de 2025 foram de R\$ 29.343 (2º semestre/2025 – R\$ 16.015), conforme demonstrado a seguir:

Rendas de Administração e gestão de fundos	2º semestre de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Minascoop FI RF Crédito Privado	649	1.150
Sicoob ANS Fundo de Investimento Renda Fixa	168	321
Sicoob DI Fundo de Invest. RF Referenciado DI	6.171	11.234
Sicoob Inflação FI RF IMA-B	26	45
Sicoob Institucional FI RF CP	2.343	4.111
Unicred Long Term Multimercado CP	13	26
Sicoob ANS Fundo de Investimento Renda Fixa – Crédito Privado	187	345
Sicoob Agências FI Imobiliário	102	204
Sicoob Ações Fundo de Investimento	37	67
Sicoob Liquidez Master Fundo de Investimento RF – Crédito Privado”	1.563	2.899
Sicoob Cecresp Fundo de Investimento RF CP	280	506
VGBL Sicoob Seguradora Fundo de Investimento Renda Fixa	569	950
VGBL Sicoob Seguradora Fundo de Investimento RV 30 Multimercado	61	106
VGBL Sicoob Seguradora Fundo de Investimento RV 65 Multimercado	5	9
Sicoob Small Caps Fundo de Investimento Financeiro em Ações	27	42
Sicoob Dividendos Fundo de Investimento Financeiro em Ações	19	30
Sicoob ASG Fundo de Investimento Financeiro em Ações IS	16	26
Sicoob ES FI Financeiro Renda Fixa Crédito Privado	435	740
Sicoob cambial dólar FI	2	2
FGCoop Fundo de Investimento Renda Fixa	835	1.510
Total	13.508	24.323

Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Administração de carteiras	2º semestre de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Sicoob Previ Multi Patrocinado	107	199
Sicoob Previ Multi Instituído	898	1.704
Sicoob Previ PGA	5	9
Sicoob Central Crediminas	137	296
Sicoob Central Espírito Santo	55	123
Sicoob Central CECREMGE	102	328
Sicoob Central CECRESP	8	18
Sicoob Central Norte	23	47
Sicoob Central UNICOOB	25	63
Administradora de Consórcios Unicoob	7	7
Sicoob Central Nordeste	5	11
Sicoob Central Rondon	6	13
Sicoob Central Uni	65	165
Sicoob Seguradora de Vida e Previdência	605	1.140
Sicoob Central Bahia	7	16
Sicoob São Paulo	86	179
Sicoob Nova Central	29	59
Sicoob Central Unimais Rio	10	24
Sicoob Central Santa Catarina	300	551
Sicoob CREDICOM	22	47
Sicoob CREDIMEPI	5	21
Total	2.507	5.020
Total das receitas de prestação de serviços	16.015	29.343

Nota 11 – Despesas de pessoal

	2º semestre de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Honorários diretoria	920	1.801
Proventos (i)	1.246	2.410
Encargos sociais (ii)	827	1.602
Benefícios (iii)	384	725
Treinamentos	15	27
Total	3.392	6.565

(i) Refere-se, principalmente, a salários e provisões para 13º salário e férias;

(ii) Refere-se, principalmente, a provisões de INSS, FGTS e previdência privada de funcionários e diretores;

(iii) Refere-se, principalmente, a benefícios de assistência médica, vales alimentação/refeição.

Nota 12 – Outras despesas administrativas

	2º semestre de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Comunicações	69	141
Processamento de dados	1.075	2.153
Promoções e relações públicas	82	87
Propaganda e publicidade	135	135
Serviços do sistema financeiro	34	79
Serviços técnicos especializados	82	160
Serviços de auditoria externa	22	43
Condomínio	68	135
Outras administrativas	49	85
Total	1.616	3.018

Nota 13 – Despesas tributárias

	2º semestre de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Despesas com ISS	801	1.467
Despesas com PIS	110	206
Despesas com Cofins	675	1.264
Outras despesas Tributárias	422	770
Total	2.008	3.707

Nota 14 – Ativo fiscal diferido, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido

Ativo fiscal diferido

Em 31 de dezembro de 2025, o SICOOB DTVM possuía registrado em Outros Créditos, ativo fiscal diferido no montante de R\$ 359, originário sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal.

a. Composição

	31/12/2025	
	Imposto de renda	Contribuição social
Natureza e origem		
Diferenças temporárias:		
Participação nos Resultados	467	467
FGTS Diretoria	430	430
Montante	897	897
Alíquotas	25%	15%
Ativo fiscal diferido constituído	224	135
Não circulante	224	135

b. Movimentação

	31/12/2025	
	Imposto de renda	Contribuição social
Saldos em 31 de dezembro 2024		
Ativo fiscal diferido	196	118
Ajuste em resultado	28	17
Ativo fiscal diferido constituído	124	75
Ativo fiscal diferido baixado	(96)	(58)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		
Ativo fiscal diferido	224	135

c. Expectativa de realização do ativo fiscal diferido

Com base em estudo realizado pela Administração, considerando-se a expectativa de geração de resultados tributáveis, a realização do ativo fiscal diferido ocorrerá até 2027. O valor presente foi apurado considerando-se a taxa Selic, projetada pelo Bacen para os anos de realização.

	Valor nominal	Valor presente
2026	187	176
2027	172	138
Total do ativo fiscal diferido	359	314

d. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

	2º semestre de 2025		Exercício findo em 31/12/2025	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	9.766	9.766	18.128	18.128
Resultado de participação nos lucros	(234)	(234)	(465)	(465)
Base de cálculo	9.532	9.532	17.663	17.663
Alíquota de tributação	25%	15%	25%	15%
	2.383	1.430	4.416	2.649
Efeito tributário sobre diferenças temporárias	67	40	28	17
Efeito tributário sobre diferenças permanentes	82	52	129	78
	149	92	157	95
Programa alimentação do trabalhador	(28)	-	(52)	-
Patrocínios Incentivados	(135)	-	(135)	-
Doações	(69)	-	(69)	-
	(232)	-	(256)	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	2.300	1.522	4.317	2.744

Nota 15 – Critérios de tributação

O SICOOB DTVM optou pelo critério de tributação com base no Lucro Real com o pagamento do imposto mensal, determinada sobre a base de cálculo estimada de acordo com o artigo 2º da Lei nº 9.430/96, e, por estar autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN apura o PIS e o COFINS sobre o faturamento mensal de acordo com a Lei nº 9.718/98.

O SICOOB DTVM, ainda, apura e recolhe o ISS sobre a prestação dos serviços de administração pago pelos fundos de investimento na alíquota de 5% (cinco por cento), de acordo com o Decreto nº 25.508/2005.

Nota 16 – Transações com partes relacionadas

a. Fundos de investimento

O SICOOB DTVM foi instituído pelo BANCO SICOOB, para a Administração dos recursos de terceiros aplicados nos fundos de investimento.

Demonstramos abaixo os saldos de administração dos fundos e da gestão de carteiras:

	2025
Ativo	2.863
Rendas a receber dos fundos de investimento	2.432
Rendas a receber de carteiras administradas	431

Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2º semestre de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Receitas	16.015	29.343
Receitas de serviços com fundos de investimento	13.508	24.323
Receitas de serviços com carteiras administradas	2.507	5.020

O patrimônio total dos fundos de investimento administrados e geridos pelo SICOOB DTVM é de:

Fundos	2025
Minascoop FI RF Crédito Privado	1.842.844
Sicoob ANS Fundo de Investimento Renda Fixa	266.138
Sicoob DI RF Referenciado DI	6.055.769
Sicoob Inflação FI RF IMA-B	87.319
Sicoob Institucional FI RF CP	8.213.359
Unicred Long Term Multimercado CP	8.270
Sicoob ANS Fundo de Investimento Renda Fixa – Crédito Privado	299.532
FGCoop Fundo de Investimento Renda Fixa	6.844.889
Sicoob Agências FI Imobiliário	21.561
Sicoob Ações Fundo de Investimento	18.064
Sicoob Liquidez Master Fundo de Investimento RF – CP	5.349.491
Sicoob Cecresp Fundo de Investimento RF CP	576.923
VGBL Sicoob Seguradora Fundo de Investimento Renda Fixa	1.013.319
VGBL Sicoob Seguradora FI RV 30 Multimercado	111.265
VGBL Sicoob Seguradora FI RV 65 Multimercado	10.111
Sicoob Small Caps Fundo de Investimento Financeiro em Ações	11.422
Sicoob Dividendos Fundo de Investimento Financeiro em Ações	11.737
Sicoob ASG Fundo de Investimento Financeiro em Ações IS	7.418
Sicoob ES FI Financeiro Renda Fixa Crédito Privado	1.471.663
Sicoob Cambial Dólar Fundo de Investimento Financeiro	2.633
Total	32.223.727

b. Gestão de carteiras

O SICOOB DTVM presta serviços de gestão de carteiras com patrimônio líquido de:

Carteiras	2025
Sicoob Previ Multi Patrocinado	379.615
Sicoob Previ Multi Instituído	3.103.233
Sicoob Previ PGA	19.642
Sicoob Central Crediminas	29.169.913
Sicoob Central Espírito Santo	13.419.307
Sicoob Central CECREMGE	22.459.627
Sicoob Central CECRESP	1.657.878
Sicoob Central Norte	5.189.724
Sicoob Central UNICOOB	6.380.478
Administradora de Consórcio Unicoob Ltda	43.214
Sicoob Central Nordeste	1.469.016
Sicoob Central Rondon	1.567.325
Sicoob Central Uni	7.461.236
Sicoob Seguradora de Vida e Previdência	1.527.712
Sicoob Central Bahia	1.617.189
Sicoob São Paulo	18.111.132
Sicoob Nova Central	6.163.623
Sicoob Central Unimais Rio	2.146.395
Sicoob Central Santa Catarina	22.278.959
Sicoob CREDICOM	86.765
Sicoob CREDIMEPI	12.848
Total	144.264.831

c. BANCO SICOOB

O SICOOB DTVM mantém o contrato de prestações de serviços com o BANCO SICOOB de Compliance, Recursos Humanos, Normatização, Assessoramento Jurídico, Contabilidade, Atividade de Suporte de TI e Serviços de Administração sem ônus, além de depósitos bancários e aplicações financeiras em CDBs pós-fixados do BANCO SICOOB:

	2025	
Depósitos bancários		5
Títulos e valores mobiliários		11.072
Total		11.077

	2º semestre de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Receita com títulos e valores mobiliários	724	1.498

	2025	
Valores a pagar BANCO SICOOB		35

d. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui, o Diretor de Administração Fiduciária, o Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros e o Diretor de Gestão de Riscos. A remuneração paga aos diretores está demonstrada a seguir:

	2º semestre de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Honorários	718	1.412
Benefícios sociais	308	734
Encargos sociais	185	371
Total	1.211	2.517

Nota 17 – Outras informações

a. Seguros

O SICOOB DTVM adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

b. Instrumentos financeiros derivativos

O SICOOB DTVM não operou com instrumentos financeiros derivativos especulativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

c. Contingências

O SICOOB DTVM não possui contingências classificadas como possível ou provável.

d. Benefícios a empregados

I. Previdência complementar

O SICOOB DTVM é patrocinador da Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ, constituída em novembro de 2006, que proporciona aos seus participantes e dependentes benefícios de previdência complementares aos da previdência oficial básica na modalidade de contribuição definida.

Em 31 de dezembro de 2025, o SICOOB DTVM contava com 17 participantes, as despesas com a Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ totalizaram no exercício de 2025 R\$ 240 (2º semestre/2025 – R\$ 127).

II. Participação dos empregados no lucro

O SICOOB DTVM oferece a seus empregados participação nos lucros (PLR), calculada conforme Acordo Coletivo de Trabalho. No exercício de 2025, foi provisionado o valor de R\$ 467, registrados em Outras obrigações – Sociais e estatutárias.

Nota 18 – Gerenciamento de riscos

O SICOOB DTVM utiliza a estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Sicoob, que, com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A alocação de recursos, a definição de responsabilidades e de processos e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos conferem maior transparência, eficácia e tempestividade às atividades.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

Os riscos considerados relevantes e que fazem parte do gerenciamento integrado de riscos são:

- a) Financeiros:** risco de crédito, risco de mercado, risco de variação das taxas de juros e risco de liquidez;
- b) Não Financeiros:** risco operacional, riscos social, ambiental e climático, risco de imagem, risco de conformidade, risco de estratégia, risco de descontinuidade de negócios, risco de lavagem de dinheiro e risco cibernético.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos na Instituição.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

Visando otimizar a delegação e coordenação de tarefas essenciais ao gerenciamento de riscos, o Banco Sicoob adota modelo de três linhas de defesa, com a seguinte caracterização:

- a) **1ª linha:** controles e gestão operacional aplicados pelas áreas que assumem riscos;
- b) **2ª linha:** áreas específicas para desempenho das atividades de controles internos, gerenciamento de riscos e conformidade, de forma unificada.
- c) **3ª linha:** avaliação independente da auditoria interna.

A cultura de riscos é disseminada por meio de processo estruturado, com base em treinamentos específicos. Informações sobre os níveis de apetite por riscos apresentados na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, estratégias e processos relacionados ao gerenciamento integrado de riscos são disseminados na Instituição.

Para dar suporte a essa estrutura, o Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de riscos, segregada das unidades de negócios e da unidade executora da atividade de auditoria interna, com o objetivo de assegurar, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na RAS.

Os órgãos de governança, comitês e a alta administração acompanham permanentemente as atividades e os indicadores de gerenciamento de riscos, de forma a garantir a eficiência e eficácia do modelo de controle.

O Comitê de Riscos do SICOOB DTVM (Corid) é responsável por apoiar o Colegiado da Diretoria no desempenho de suas atribuições.

No nível executivo, o diretor para gerenciamento de riscos (CRO) é responsável pela atividade de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. Suas atividades são acompanhadas no âmbito do Comitê de Riscos do SICOOB DTVM.

A auditoria interna desempenha o papel de promover a avaliação independente das atividades, sistemas, modelos e procedimentos desenvolvidos na Instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

Risco de crédito

O risco de crédito é gerido através da adoção de critérios rigorosos para a aquisição de títulos privados, baseados no rating do emissor e da operação, quando aplicável. Além disso, são estabelecidos limites específicos para títulos privados e instrumentos que envolvem risco de crédito. Além dos limites individuais definidos por cada regulamento ou estratégia de investimento, o Sicoob DTVM também estipula limites para a concentração de exposição por contraparte, garantindo que o Patrimônio Líquido da carteira não fique exposto a uma única contraparte.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Riscos de mercado e de variação das taxas de juros

O Banco Sicoob, enquanto prestador de serviços, dispõe de área especializada para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros, com o objetivo de assegurar que o risco seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

O acompanhamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é realizado por meio da apreciação de relatórios periódicos elaborados pela área especializada e remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração.

Em complemento, são realizados testes de estresse para avaliar a sensibilidade do risco aos limites definidos na RAS ou regulamentos dos Fundos de Investimentos.

Risco de liquidez

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez do Banco Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

O Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

O gerenciamento de risco de liquidez do Banco Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente às boas práticas de gestão.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez do Banco Sicoob.

Risco operacional

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área de Risco Operacional e Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados ao Comitê de Riscos do SICOOB DTVM e à Diretoria Colegiada do SICOOB DTVM.

Risco de Imagem

O gerenciamento do risco de imagem é realizado por meio do monitoramento dos canais de comunicação institucionais para mensurar a satisfação e qualidade no atendimento (Ouvidoria, SAC), o atendimento em prazos regulamentares do Banco Central do Brasil (Sistema de Registro de Demandas do Cidadão – RDR) e a classificação reputacional frente ao mercado pelo público em geral (Reclame Aqui e redes sociais).

Riscos Social, Ambiental e Climático

O gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático no Sicoob DTVM é realizado com o monitoramento dos emissores privados e companhias investidas pelos fundos de investimento e carteiras administradas com objetivo de identificar os riscos significativos que tenham impacto nas atividades do SICOOB DTVM. Nesse processo, são analisados os seguintes aspectos em relação aos investimentos realizados:

Risco social

O processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e a proteção de direitos nas relações de negócios para todas as pessoas, avaliando impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco ambiental

O processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgãos competentes, observando potenciais impactos.

Risco climático

O processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática e na observância dos riscos de transição e físico.

Risco de conformidade

O Banco Sicoob conta com empregados dedicados exclusivamente à aplicação da política e dos procedimentos específicos. Atuam também como orientadores com a missão de prestar as informações necessárias para que seja efetivamente implementado o processo de conformidade e dão suporte ao Conselho de Administração e à Alta Administração no gerenciamento efetivo dos riscos de conformidade.

Risco de Descontinuidade de Negócios

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem. São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade

Risco de Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo

O processo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT) tem como objetivo detectar, por meio de informações constantes do Sistema de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, comportamentos, situações e operações atípicas.

A prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo tem o objetivo de mitigar os riscos da prática de ilícitos com utilização da estrutura do Sicoob e zelar pela imagem/reputação.

Empregados da Área de Gestão de Riscos de Recursos de Terceiros são membros do Comitê de Prevenção de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento ao Terrorismo – Copre visando analisar as operações com atipicidade e que tenham indicação de informativo ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.

Risco Cibernético

A Gestão de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

A área de Riscos Cibernéticos realiza monitoramentos essenciais, acompanha vulnerabilidades e incidentes cibernéticos, além de participar de fóruns específicos do tema, contribuindo para o desenvolvimento de suas funções e para proteção dos ativos digitais do Sicoob. Adicionalmente, são realizadas pesquisas periódicas da maturidade cibernética de todo o sistema Sicoob, o que possibilita a avaliação e a priorização de ações, medidas e controles para mitigação de riscos cibernéticos e de segurança da informação. O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente.

Nota 19 – Eventos Subsequentes

Não houve eventos subsequentes após 31 de dezembro de 2025.

Nota 20 – Resultados não recorrentes

No exercício, a Instituição avaliou que não houve resultados não recorrentes.

Diretoria

Ricardo de Almeida Horta Barbosa – Diretor de Administração Fiduciária
Mário Sérgio Mourão Dornas – Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros
Filipe Carlos de Oliveira Ferreira Pinto – Diretor de Gestão de Riscos

Contador

Primo João Cracco
CRC-SP 149.703/O-2